



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I

CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

TALITA SILVA ARAUJO

AS PRÁTICAS DE MEMÓRIA NA CULTURA ESCOLAR DA ESCOLA NORMAL
ESTADUAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA DE CAMPINA GRANDE-PB (1968-
1978)

CAMPINA GRANDE
DEZEMBRO/2019

TALITA SILVA ARAUJO

AS PRÁTICAS DE MEMÓRIA NA CULTURA ESCOLAR DA ESCOLA NORMAL
ESTADUAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA DE CAMPINA GRANDE –PB (1968-
1978)

Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo apresentado ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito final para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador (a): Patrícia Cristina de Aragão

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663p Araujo, Talita Silva.
As práticas de memória na cultura escolar da Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia de Campina Grande—PB (1968-1978) [manuscrito] / Talita Silva Araujo. - 2019.
40 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão, Coordenação do Curso de História - CH."
1. História da educação. 2. Cultura escolar. 3. Memória. I.
Título

21. ed. CDD 907.2

TALITA SILVA ARAUJO

AS PRÁTICAS DE MEMÓRIA NA CULTURA ESCOLAR DA ESCOLA NORMAL
ESTADUAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA DE CAMPINA GRANDE –PB (1968-
1978)

Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo
apresentado ao curso de Licenciatura em
História, do Centro de Educação da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito final para obtenção do título de
Licenciada em História.

Artigo avaliado em 05/12/2019 com o conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Cristina de Aragão

Profª Drª. Patrícia Cristina de Aragão

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)

Orientador (a)

Hilmaria Xavier Silva

Profª.Drª.Hilmaria Xavier Silva

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)

Examinadora

Rozeane Albuquerque Lima

Profª Rozeane Albuquerque Lima

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)

Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à toda minha família, sobretudo àqueles que não conseguiram ter as mesmas oportunidades de ingressar no ensino superior e concluir por razões diversas das desigualdades sociais. E em especial ao meu pai, minha mãe e à minha avó Alice Pereira (In memoriam)

EPÍGRAFE

*Há tempo, muito tempo
 Que eu estou
 Longe de casa
 E nessas ilhas
 Cheias de distância
 O meu blusão de couro
 Se estragou
 Oh! Oh! Oh!
 Ouvi dizer num papo
 Da rapaziada
 Que aquele amigo
 Que embarcou comigo
 Cheio de esperança e fé
 Já se mandou
 Oh! Oh! Oh!
 Sentado à beira do caminho
 Pra pedir carona
 Tenho falado
 À mulher companheira
 Quem sabe lá no trópico
 A vida esteja a mil
 E um cara
 Que transava à noite
 No Danúbio azul"
 Me disse que faz sol
 Na América do Sul
 E nossas irmãs nos esperam
 No coração do Brasil
 Minha rede branca
 Meu cachorro ligeiro
 Sertão, olha o Concorde
 Que vem vindo do estrangeiro
 O fim do termo saudade
 Como o charme brasileiro
 De alguém sozinho a cismar
 Gente de minha rua
 Como eu andei distante
 Quando eu desapareci
 Ela arranhou um amante
 Minha normalista linda
 Ainda sou estudante
 Da vida que eu quero dar
 E até parece que foi ontem
 Minha mocidade
 Com diploma de sofrer
 De outra Universidade
 Minha fala nordestina
 Quero esquecer o francês
 E vou viver as coisas novas
 Que também são boas
 O amor, humor das praças
 Cheias de pessoas
 Agora eu quero tudo
 Tudo outra vez
 BELCHIOR, TUDO OUTRA VEZ*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Normalista na cerimônia de formação da primeira turma no ano de 1968.....	18
Figura 2: Propaganda do governo do Estado	20
Figura 3: Inauguração do prédio atual da Escola Normal em 1970.....	21
Figura 4: Histórico escolar dos anos letivo de 1967, 1968 e 1969.....	24
Figura 5: Histórico escolar dos anos letivo de 1969 e 1970	25
Figura 6: Prova de adaptação em Moral e Cívica.....	27
Figura 7: Registro da Delegacia Especial de Campina Grande.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCJ- Centro De Ciências Jurídicas - da Universidade Estadual Da Paraíba

EN – Escola Normal

ENE- Escola Normal Estadual

ENECEG – Escola Normal Estadual de Campina Grande

MEC – Ministério da Educação e Cultura

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A CAMPINA GRANDE DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E DA EDUCAÇÃO: A ESCOLA NORMAL ESTADUAL E O INTERESSE DE CAMPINA POR FORMAR PROFESSORES.....	16
3. A ESCOLA NORMAL ESTADUAL, A MEMÓRIA E PRÁTICA EDUCACIONAL	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
5. REFERÊNCIAS.....	32
6. ANEXOS.....	35

AS PRÁTICAS DE MEMÓRIA NA CULTURA ESCOLAR DA ESCOLA NORMAL ESTADUAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA DE CAMPINA GRANDE-PB (1968-1978)

PRACTICES OF MEMORY IN THE SCHOLARLY CULTURE OF THE NORMAL SCHOOL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA IN CAMPINA GRANDE-PB (1968-1978)

Talita Silva Araujo¹

RESUMO:

A escola é ambiente rico em memórias. Assim como outras instituições escolares, a Escola Normal é espaço de relações sociais, culturais, políticas e de poder em Campina Grande, e foi alvo durante período da Ditadura Militar, o mais sensível da sociedade civil brasileira. Tendo como objeto de estudo a Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, este trabalho tem o princípio de problematizar duas questões centrais. Em primeiro lugar apresentamos a Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia no contexto da História da Educação Campinense e seu surgimento sobretudo no contexto de mudanças que pairavam na cidade de Campina Grande entre os anos de 1968 e 1978. Temos como foco também pensar as práticas educacionais nesta instituição no âmbito da Ditadura Militar e como naquela época o projeto de educação dos governos militares trouxe implicações nas ações educativas desenvolvidas na escola. Deste modo, marcamos o trajeto da escola a partir das reflexões sobre educação dos governos militares trouxeram implicações e impactos nas ações educativas desenvolvida na Escola Normal. Deste modo, marcamos o trajeto da escola partindo de reflexões sobre a educação brasileira tomando como base as “leis orgânicas de ensino” de 1946 e as mudanças do projeto político educacional da Ditadura Militar. Apresentamos a cultura escolar neste espaço, sobretudo, no período considerado mais autoritário e conservador da Ditadura Militar, o período iniciado pela promulgação do Ato Institucional nº 5 (1968-1978). Nossa premissa é que a cultura escolar foi reprimida com o desígnio de coibir práticas consideradas “ideologicamente contrárias ao regime vigente”. A pesquisa realizada tem respaldo documental a partir do Arquivo José Agripino e de jornais como o *Diário da Borborema* e o *Jornal da Paraíba*. Metodologicamente, partimos do método indiciário de Carlos Ginzburg, na busca de problematizar as fontes no intuito de relacionar a memória e a cultura escolar. Dialogar-se-á também com os teóricos de memória, como Michel Pollack (1989) e Pierre Nora (1997), bem como com o conceito de cultura escolar com Dominique Julia (1995) e de Escolano Benito (2017). Através desta pesquisa, podemos compreender a importância do trabalho com memória e cultura escolar para discutir sobre o trajeto histórico de Escola Normal Estadual. Esta instituição foi marcada por transformações e estas trouxeram implicações para sua trajetória a partir do período que tomamos com estudo.

PALAVRAS-CHAVES: Prática. Memória. Cultura escolar.

¹ Graduanda no curso de Licenciatura em História. E-mail: atalita98@gmail.com

ABSTRACT

The school consists of an environment rich in memories. Just like other scholarly institutions, the Normal School is the space of social relations, as well as cultural, political and power relations in Campina Grande, and was targeted during a sensible period of the Brazilian civil society. Having as study object the *Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia* (Normal School Padre Emídio Viana Correia), this paper objectives to problematize two central questions. First, it presents the *Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia* in the context of change, that hanged over the city of Campina Grande in the period from 1968 to 1978. This paper also aims to consider the educational practices in the Normal School during the Brazilian Military Dictatorship in order to discover how the educational base implemented during the Military administrations impacted the educational activities developed in the Normal School. In this sense, this paper establishes the trajectory of the Normal School from the reflections over the Brazilian education based on the “*leis orgânicas de Ensino*” of 1946 and the changes implemented by the political educational project of the Brazilian Military Dictatorship. This paper presents the scholarly culture in the assigned period, with special attention to the overly authoritarian and conservative period of the Brazilian Military Dictatorship, which starts from the promulgation of the Institutional Act n° 5 (1968-1978). The premise of this paper is that the scholarly culture was repressed envisaging to restrain practices considered “ideologically contradictory to the current regime”. This research is based on documental evidence from the José Agripino Archive and newspapers such as the *Diário da Borborema* and the *Jornal da Paraíba*. Methodologically, this paper uses the indictment method of Carlo Ginzburg, searching to problematize the sources, thus seeking to relate memory and scholarly culture. This paper dialogues as well with memory scholars, such as Michel Pollack (1989) and Pierre Nora (1997), as well as the concept of scholarly culture of Dominique Julia (1995) and of Escolano Benito (2017). Through this research the importance of the work as scholarly culture and memory can be comprehended. This was done in order to discuss the historical trajectory of the Normal School. This particular institution was marked by transformations which implicated in its trajectory during the years designated.

KEYWORDS: Practice. Memory. Scholarly Culture.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2019 é considerado um marco na história da Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia de Campina Grande-PB, pois, nele, finalizam-se as últimas turmas de magistério da escola. Este ano tomamos como referência para a nossa pesquisa, e, a partir dela, começamos a estudar sobre essa instituição com a finalidade de mostrar as memórias desta escola no contexto histórico da Educação Campinense. Ao longo de quase 60 anos², a instituição formou uma gama de professores para o magistério que passaram a atuar na educação básica, tanto para a escola pública como para a rede privada. Compreendemos sua importância histórica, cultural e político-social na cidade, pois partimos do quadro de mudanças que ocorrem na política nacional, sendo ela uma das inúmeras escolas estaduais que fomentaram as mudanças socioeducacionais da Ditadura Militar no recorte temporal deste trabalho, sobretudo no período que vai de 1968 a 1978.

Particularmente nos anos 70, o foco de nossa análise, as políticas educacionais propostas pelos governos militares trouxeram implicações para a Escola Normal Estadual, primeiro ocorreu o processo de transferência para seu prédio oficial construído, e inaugurado pelo Governador João Agripino que pertencia a ala mais conservadora e reacionária do partido dos militares à Arena³.

Para interpretação acerca da escola, tomamos como análise a reflexão da historiadora francesa Dominique Julia (1995) quando esta destaca que “a cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção de consciências (JULIA, 1995, p. 22)”. Com base na citação de Julia, chamamos atenção para a relevância do estudo e pesquisa sobre a cultura escolar.

A partir da citação da autora, propomos a discussão sobre como a sociedade campinense, mediante a escolha de pesquisa sobre o tema História da Educação e o período da Ditadura Militar, mais especificamente de 1968 a 1978, na tentativa de analisar a prática da cultura escolar, o nosso itinerário foi discutir como os militares elaboraram seu controle social nesta instituição de ensino e como se deram no cotidiano da escola, assim formando uma cultura escolar, *intramuros e extramuros* que podem ser analisada através da pesquisa e estudo.

² SOUSA, Pâmela. LIMA Niédja (2016) “o início de suas atividades ocorre em um espaço cedido pelo Grupo Escolar Solon de Lucena. Ainda por anos seguintes, até 1966 a escola ocupou os espaços cedidos, neste ano em destaque o Colégio Anita Cabral, ocupando somente no ano de 1970, mais precisamente no dia 10 de maio, o seu prédio próprio” (SOUSA; LIMA,2016, p.16)

³ **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)** foi um partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar instituída a partir do Golpe de Estado no Brasil em 1964. Fundada em 4 de abril de 1966, a ARENA era um partido político predominantemente conservador. A sua criação se deu em decorrência do Ato Institucional Número Dois, de 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965. Ambos foram baixados pelo regime militar e terminaram com o pluripartidarismo existente no Brasil. Assim, foram extintos os 13 partidos políticos legalizados no País e determinada a implantação do bipartidarismo. Seus membros e eleitores eram chamados de “arenistas”. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alia%C3%A7%C3%A3o_Renovadora_Nacional> acesso em 05 de Novembro de 2019

DREIFUSS, René Armand.(1981) “ Através da reforma político-partidária, o governo tentou uma recomposição da vida política, destinada a neutralizar pressões regionais e clientelista que obstruíam o planejamento eficiente , criando um partido oficial do governo, a Arena . (DREIFUSS,1981, p.428)

Os estudos sobre as instituições escolares são importantes para compreender o que se passa na trajetória educacional e histórica de uma dada realidade escolar. Os historiadores da educação, preocupados em entender a cultura da escola, passaram a pensar as produções e práticas das instituições articulando História e Educação, versando sobre esse tipo de temática.

A escolha por esse tema se verificou a partir de pesquisa que realizamos no Arquivo João Agripino, pertencente à Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia de Campina Grande, Paraíba, no período no qual realizávamos a disciplina de Estágio Supervisionado III, nessa instituição.

O interesse pelo tema se deu por dois prismas, pois durante muito tempo, enquanto estudante de História ao ter interesse sobre a temática da Ditadura Militar no Brasil, queríamos saber como as escolas campinenses funcionavam a partir da sistemática e imposições ocorridas neste período. Diante disso, nos interessamos em trabalhar com a história da Escola Normal Padre Emídio Viana no período proposto pelo estudo, no intuito de compreender os impactos, implicações e reflexões que as política educacional dos governos deste período, que tiveram no campo educacional sobretudo naquela escola, haja vista que a instituição tem por seu caráter a formação de professores para o magistério, no atendimentos do alunado de jardim da infância e nos interessávamos em saber como as políticas educacionais dos militares e suas operacionalidade dentro da instituição escolar escolhida para estudo. Neste sentido, buscamos compreender como foram operacionalizadas nesta escola as modificações, sobretudo no currículo, nas disciplinas, no seu ideário e nas práticas do cotidiano escolar, aspectos importantes na nossa pesquisa que serão abordados no estudo. A partir deste período nos interessamos em desenvolver um estudo e pesquisa que discutisse sobre a memória da cultura escolar em Campina Grande no contexto da Ditadura Militar.

Uma outra motivação para nossa escolha foi que, enquanto futura professora de História, no nosso campo de interesse da História da Educação, foi compreender como por mais de 60 anos funcionou a Escola Normal na formação de professores e analisar no período considerado mais autoritário como a escola tinha sua funcionalidade, observando quais as proibições tidas para a escola pública e diante disso entender quais foram as formas de operacionalidade na instituição escolhida para estudo.

A escolha sobre a cultura escolar a partir da temática da Ditadura Militar abre pauta para as discussões sobre o negacionismo da realidade dos anos mais nefastos da sociedade brasileira, também da campinense. Acreditamos que este tema se mantém atual e por isso despertou em mim a vontade de estudá-lo, sobretudo no recorte do Ato Institucional – nº 5 (1968-1978), considerado mais autoritário do período do golpe de 1964, e foi responsável por várias interferências na realidade da sociedade civil, sendo as instituições escolares impactadas e o município de Campina Grande foi também alvos destas ações.

Vários estudos no campo da Educação foram feitos sobre as instituições campinenses inclusive sobre a Escola Normal realizados na temporalidade inicial dos anos 1960 do surgimento da primeira instituição pública de formação de professores, como o estudo que foi elaborado pela professora Pâmela Tamires Avelino de Sousa, intitulado “ *Em benefício da formação da juventude feminina*”- *A Escola Normal de Campina Grande (1955-1960)*, que discute o surgimento da trajetória da Escola Normal e sua importância para formação dessa juventude letrada para formar alunas de pedagogia. Diante disso, no campo da História os estudos sobre as instituições escolares, mais especificamente este sobre a Escola

Normal, tem implicações na cultura e memória da sociedade campinense, pois ainda são escassos, sobretudo ao apresentar o contexto da Ditadura Militar e o modelo educacional projetado pelos governos militares.

A viabilidade dessa pesquisa também vem sendo possível devido ao número de fontes documentais produzidas e que constam no acervo da escola do Arquivo João Agripino pertencente a Escola Normal Estadual de Campina Grande, e também no acervo do periódico do Diário da Borborema que está disponível na Biblioteca de obras raras Átila de Almeida. Ao decorrer da escrita da pesquisa caso seja pertinente a utilização retornei ao campo de exploração de outros materiais já consultados. Desse modo, acredito na viabilidade da conclusão.

A escola é um espaço de memória e sociabilidade de saberes, de relações e encontro de histórias reconstruídas por rastros de memórias seja coletiva e individual sobre o cotidiano e as práticas que norteiam a formação dos professores campinenses. Sendo assim, concordamos com Nora ao enfatizar que lugares de memória:

São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diferentes. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivo, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece um exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal é serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. (NORA, 1993,21-22)

Diante da contribuição de Nora (1993) sobre a memória e os efeitos na realidade da sociedade campinense, podemos perceber que Escola Normal Estadual Pe. Emídio Viana Correia de Campina Grande-PB, contribui para formação de uma juventude formadora de parte dos campinenses. Portanto, este estudo se situa no campo da História Cultural.

A pesquisa, assim, tem a necessidade de problematizar duas questões centrais. No primeiro momento, as práticas de memória autoritárias na cultura escolar da Escola Normal Estadual Pe. Emídio Viana Correia, em Campina Grande-PB, a partir dos arquivos escolares que compõe as especificidades do interior da escola. Os diferentes saberes, a organização da instituição e as práticas curriculares, assim fazem parte da cultura escolar. Diante do projeto de escola pautado no Ato Institucional nº 5 do Decreto-Lei nº 477, de 1969⁴, mediante a consonância do contexto educacional compreendendo também seu impactado por estas mudanças. Diante do cenário político do golpe de 1964 e das mudanças empreendidas pelos governos militares, projeto atento à necessidade do controle ideológico, passou a ocorrer inclusive nos espaços educacionais, sendo estes alvos do projeto educacional centralizador dos militares, pautamos o nosso estudo.

Na pertinência dos caminhos teóricos metodológicos adotados, a análise proposta neste trabalho está inserida no campo da Nova História Cultural, a partir da micro história inglesa. Partindo disso, desenvolvemos a nossa investigação

⁴ Pretendemos apresentar de que formar o método de controle, docilização e autoritarismo caminhavam em consonância com a realidade de uma cultura escolar, desse modo, as punições que compreendiam a infrações da lei nº 477 de ordem e disciplina poderiam assim tornarem-se memória de uma cultura escolar. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em 30 de abril de 2019.

a partir do método indiciário no sentido de compreender como se deram às práticas autoritárias dentro do regime institucional da Escola Normal.

Discutiremos, a partir do sociólogo durkheimiano Halbwachs (1968), acerca das questões sobre memória coletiva e individual, diante das práticas autoritárias do Ato Institucional nº 5 do poder público estatal dentro do contexto escolar, percebendo a necessidade de criar estratégias de uma memória homogênea sobre a cultura escolar. A partir de Nora (1997) buscamos compreender a escola como espaço das interações sociais lugar de memória, dialogando entre a memória social e o local.

O historiador e sociólogo Michael Pollak (1989) nos ajudou a problematizar as memórias articuladas às práticas da cultura escolar lembradas a partir de “um processo de “negociação” para conciliar com as memórias coletivas e individuais” (POLLAK, 1989, p. 03-04) num jogo de memória e o esquecimento.

A partir disso, dialogamos com Dominique Julia (1995) sobre como a cultura escolar é refletida a partir do espaço da Escola Normal, entendendo como, a partir da ênfase na prática cultural escolar, reproduziu-se um modelo de práticas autoritárias e conservadoras nesta instituição, determinando o que poderíamos chamar de “os corpos dóceis” mediante ao espaço de memória. Para Julia:

A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. (JULIA, 1995, p.09)

Compreendemos que a cultura escolar dá-se a partir das relações conflituosas sobre a cultura contemporânea, mediante um conjunto de normas que definem o conhecimento a ensinar, pois, conforme Julia (1995), a análise das práticas de memórias autoritárias compreendem o que constituiu a cultura escolar, sobretudo na emergência de uma sociedade republicana como a brasileira, que incorporou ideias cívicas, normativizando um projeto pedagógico escolar e as relações sociopolíticas que nelas se consubstanciaram, como no contexto da Escola Normal Padre Emídio Viana Correia.

Na contribuição também de Escolano Benito (2017), podemos perceber que a Escola Normal Padre Emídio Correia, a instituição que faz parte da história da educação campinense, em que, a partir da pesquisa nos arquivos da instituição, compreendemos a genealogia do desenvolvimento cultural dessa instituição.

Deste modo, se fizermos uma arqueologia do cotidiano escolar nesse período, entenderemos que as mudanças operacionalizadas nas práticas educativas, se no currículo e proposta pedagógica fizeram parte da realidade educacional da instituição, “a escola e a cultura e sobre a (re)significação da história-memória da escola como cidadania” (MAGALHÃES, 2018, p.2), conforme uma arqueologia do cotidiano escolar a percepção do conglomerado institucional e seu desenvolvimento para a sociedade campinense.

As fontes utilizadas neste estudo fizeram parte do acervo documental encontrado no arquivo João Agripino da Escola Normal de Campina Grande- PB. No acervo do arquivo estão conteúdos de histórico escolar, provas, atestados de idoneidade moral, atestados de vacinação e provas, entre outros documentos, como atestado ideológico que aparecerá no decorrer do nosso trabalho, além das fontes já citadas, outras que fizeram parte da composição desse trabalho, os periódicos, como o *Diário da Borborema* e o *Jornal da Paraíba*. Metodologicamente, resolvemos

analisar as fontes a partir do método indiciário de Carlos Ginzburg na obra *Mitos, emblemas e sinais*, levando em consideração as críticas aos documentos na apresentação de casos atípicos, no processo da escrita da história.

Assim, com o apoio de Ginzburg (1989), podemos investigar, com base nos documentos, o núcleo do paradigma indiciário que nos leva através dos sinais e indícios de escola como instituição que faz parte da sociedade campinense. O que compõe os indícios que reorganiza uma realidade, portanto, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.” (GINZBURG, 1989, p.177). Partindo da análise de Ginzburg, nos propomos a partir da realidade escolares perceber o período materializado pelo Ato 05 e procurar identificar como os sujeitos históricos, como os professores e alunos se apropriaram e representaram a cultura escolar no período. E, assim, verificar como as ações governamentais mediatizadas pelo AI 05 (1968-1978) influenciaram na cultura escolar e no controle social. Como aponta Ginzburg (1989), os indícios servem para clarear as névoas ainda não ditas e reforçar que o próprio contexto histórico nos apresenta que este período foi considerado como o de maior controle social a partir do golpe de 1964, uma vez que:

Mas mesmo o paradigma indiciário usado elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode ser converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais obscurecem uma estrutura social como a do capitalismo maduro. Se a pretensões do conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais com veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a exigência de uma profunda conexão que explica em fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento que afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. (GINZBURG, 1989,p.177)

Mediante o recorte temático escolhido, passamos a analisar material bibliográfico para o respaldo da pesquisa. Apresentamos o “*Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação do professores do século XIX*”⁵, trabalho de tese de Doutorado em Educação, em 2010, na Universidade Federal da Paraíba, de Rosy Mary de Souza Araújo, aborda a importância do trabalho sobre o tema do movimento e constituição na Escolas Normais na Paraíba e o processo de formação de professores que foram propostos e em alguns momentos efetivados pelos administradores das instituições públicas paraibanas e, mais particularmente, no âmbito da Escola Normal no período entre 1837 a 1899. Compreendendo a importância desse trabalho, que nos distanciamos de forma direta, quando apresento o recorte temporal, mais especificamente entre 1968 a 1978, sobretudo quando apresento a perspectiva de abordar no campo da História Cultural.

Também a importância de outros dois trabalhos no campo da educação, especificamente no campo da história da educação paraibana, que remetem à instituição escolar. O primeiro, da professora Pâmela Tamires Avelino de Sousa (2018), intitulado de “*Em benefício da formação da juventude feminina*” - A

⁵ ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. João Pessoa: Tese de Doutorado, Centro de Educação/Universidade Federal da Paraíba, 2010.

*Escola Normal de Campina Grande (1955-1960)*⁶. Nessa pesquisa, a autora mostra a trajetória do surgimento da escola Normal em Campina Grande e a formação de professoras na sociedade campinense da década de 60. Esse trabalho contribuiu ricamente para a pesquisa inicial deste estudo, de nortear a história e memória da Escola Normal Estadual, sendo o objetivo de Sousa (2018) investigar os determinantes sociopolíticos e educacionais que compuseram a criação da Escola Normal Estadual para Campina Grande (1955-1960). O recorte temporal selecionado pela professora Pâmela foi entre 1955 e 1960 e diz respeito ao período compreendido entre um momento político nacional desenvolvimentista e Campina Grande- PB se tornar também local de grandes mudanças socioeducacionais e do projeto de criação da instituição escola e de seu ano de criação em 1960.

O segundo que pesquisamos foi a dissertação de mestrado da professora Thays Lanny de Albuquerque (2011), *“Memória e cotidiano escolar: o Colégio Estadual de Campina Grande (1968-1978)”*⁷. Nele, a autora apresenta o estudo sobre o Colégio Estadual de Campina Grande, também conhecido como Estadual da Prata, que foi inaugurado em 1953 e tornou-se o primeiro colégio público de ensino secundário da cidade. Apresenta como foi período de vigência do Governo Militar no Brasil, em especial a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5 (1968-1978), pois todos os colégios passaram a ser vigiados e fiscalizados com maior intensidade, com o intuito de coibir ações consideradas “subversivas” e as interfaces e relações estabelecidas no cotidiano escolar durante esse período. A relevância para a discussão da temática está em discutir os conceitos abordados por nós sobre a práticas e memória da Escola Normal instituição para formação de professores.

A tese de doutorado intitulada como *“A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputa”*⁸, do professor e historiador em História social Alexandre Tavares de Nascimento Lira (2010), apresenta a legislação da educação no período da Ditadura Militar, após o acordo MEC-USAID, no que contribui para o meu estudo as mudanças dos currículos das instituições, sobretudo o da Escola Normal em Campina Grande, Paraíba. Assim apresentando os embates, apresentarei a recepção desse acordo na legislação educacional do magistério.

Esse estudo/pesquisa está organizado em duas seções: a primeira, que tem por título *Campina Grande do Trabalho, Desenvolvimento e da Educação*, que explicam a Escola Normal Estadual e o interesse de Campina por formar professores como *“o presente para o futuro”*, a inauguração do projeto de desenvolvimento educacional, temos por intuito mostrar a trajetória do projeto de avanço a cidade de Campina pela formação das normalistas.

⁶ SOUSA, Pâmela Tamires Avelino de. **“Em benefício da formação da juventude feminina”- a Escola Normal Estadual de Campina Grande (1955-1960)**. 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018.

⁷ ALBUQUERQUE, Thaisy Lanny de. **Memória e cotidiano escolar: o Colégio Estadual de Campina Grande (1968-1978)**. Campina Grande, 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

⁸ LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputa**. Tese de Doutorado, Centro de Humanidades- Universidade Federal Fluminense, 2010

A segunda seção tem por título *A Escola Normal de Campina Grande, a memória e a prática educacional na Ditadura Militar*, que tratam sobre a relação do acordo MEC USAID e o currículo educacional, e, por fim, a discussão sobre a Escola Normal Estadual e a Ditadura Militar.

2. A CAMPINA GRANDE DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E DA EDUCAÇÃO: A ESCOLA NORMAL ESTADUAL E O INTERESSE DE CAMPINA POR FORMAR PROFESSORES.

As Escolas Normais são instituições de ensino que tem seu espaço como sendo responsável pela formação docente desde da província, sendo o estudo dessas instituições escolares de bastante relevância para a História da Educação no Brasil. Foram criadas nas províncias do Império, pelo ato adicional de 1834⁹, com a primeira escola criada em Niterói no Rio de Janeiro, em 1835. Tendo o propósito de formar professores de ambos os sexos, mas sendo mais conhecida por formar a juventude feminina (normalistas). Em 1960¹⁰, a primeira escola Normal Estadual é criada por Pedro Gondim, então governador do estado da Paraíba; no contexto nacional, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e seus projeto nacional-desenvolvimentista.

As escolas estaduais em Campina Grande começaram a surgir na década de 1955, com uma perspectiva de formar a nova elite campinense. As escolas são apontadas para resolver diversos problemas sociais. Desse modo, no instituto da formação de profissionais encarregados com a educação primária e secundárias serão de fundamental importância para uma cidade promissora em crescimento e desenvolvimento, através da educação.

Nessa perspectiva a Escola Normal Estadual sendo a primeira instituição estadual de Campina Grande-Paraíba se preocupou com a formação de professores atrelado ao desenvolvimento a partir de um projeto político de desenvolvimento da cidade, é uma temática de bastante relevância para a História da Educação Campinense, como aponta Sousa/ Lima (2017)

As Escolas Normais, primeiras instituições caracterizadas como espaço destinado para formação de professores, se constituíram como locais permeados por muitas investigações seja de conhecimento do currículo, das práticas educativas, sua arquitetura entre outras temáticas interessantes. (SOUSA/LIMA,2017, p.01)

⁹ No campo da educação popular, tradicionalmente deixada a cargo das províncias desde o Ato Adicional de 1834, embora a reforma tivesse valor legal apenas no município da Corte, estimulava se a criação de Escolas Normais em todas as províncias, acenando-se inclusive com auxílio econômico do governo central. A partir daí, as múltiplas experiências de estabelecimento de Escolas Normais nas províncias, iniciadas já em 1835 com a fundação de uma Escola em Niterói, passam a tomar por referência as diretrizes emanadas do Rio de Janeiro (KULESZA, 1998, p. 63).

¹⁰ O incentivo à construção de estabelecimentos educacionais, ocorrido em todo o país, teve um reflexo em Campina Grande em meados dos anos 1960, quando foram construídos colégios sucursais ao Colégio Estadual, nos bairros de Bodocongó, Liberdade, Palmeira e José Pinheiro; ou seja, o Colégio Estadual de Campina Grande passava a funcionar em cinco estabelecimentos diferentes, localizados em bairros distintos, com o intuito de atender a uma gama maior de estudantes (ALBUQUERQUE, 2011, p.14)

Como apontado por Sousa/Lima (2017), os estudos sobre as escolas normais são de grande relevância para compreender uma cultura educacional da instituição escolar, assim como para o desenvolvimento social campinense. Desse feito, o destaque do surgimento da Escola Normal Estadual em 1960, de caráter público, pois antes, como aponta Sousa (2018)

A cidade de Campina Grande contava, até o início da década de 1960, apenas com instituições equiparadas à Escola Normal, o Instituto Pedagógico, atual Colégio Alfredo Dantas (CAD) e o Colégio Imaculada Conceição, ambas pertencentes à rede privada de ensino. (SOUSA, 2018, p. 22)

Portanto, como aponta Sousa (2018), a criação de uma Escola Normal Estadual trouxe bons frutos para a sociedade campinense cujas ideias remontavam ao pensamento nacional desenvolvimentista de Kubitschek (Planos de Metas), no qual em 1959 no plano de governo do município, tinha uma carta proposta para educação, vejamos a partir de Agra do Ó (2006)

Nesse sentido o que prognosticava como o melhor futuro para a educação pública campinense era a sua submissão ao desejo de entendimento de que o objetivo de escolarização seria preparar o homem (tomando como ser genérico, numa leitura que sequer considerava a possibilidade- que dirá a legitimidade- da busca de existência singulares) para o trabalho e para a sua vinculação sem traumas e sem desperdícios no mundo que ele vive (AGRA DO Ó, 2006, p. 123)

Nessa premissa, a escola contaria com uma nova juventude feminina formadora¹¹, haja vista que a profissionalização de mulheres como professoras era comum no Brasil e também no espaço campinense, na visão que a mulher era capaz de “edificar” a família e a casa¹², também poderia acontecer o mesmo no ambiente escolar sendo “zelosa” com os cuidados das crianças. Desse modo, as Escolas Normais passaram a ser um espaço de formação feminina¹³ para o ensino primário. Não sendo diferente na escola Normal de Campina Grande, a qual tem sua primeira turma formada apenas por jovens mulheres. “A escola delimita os espaços.

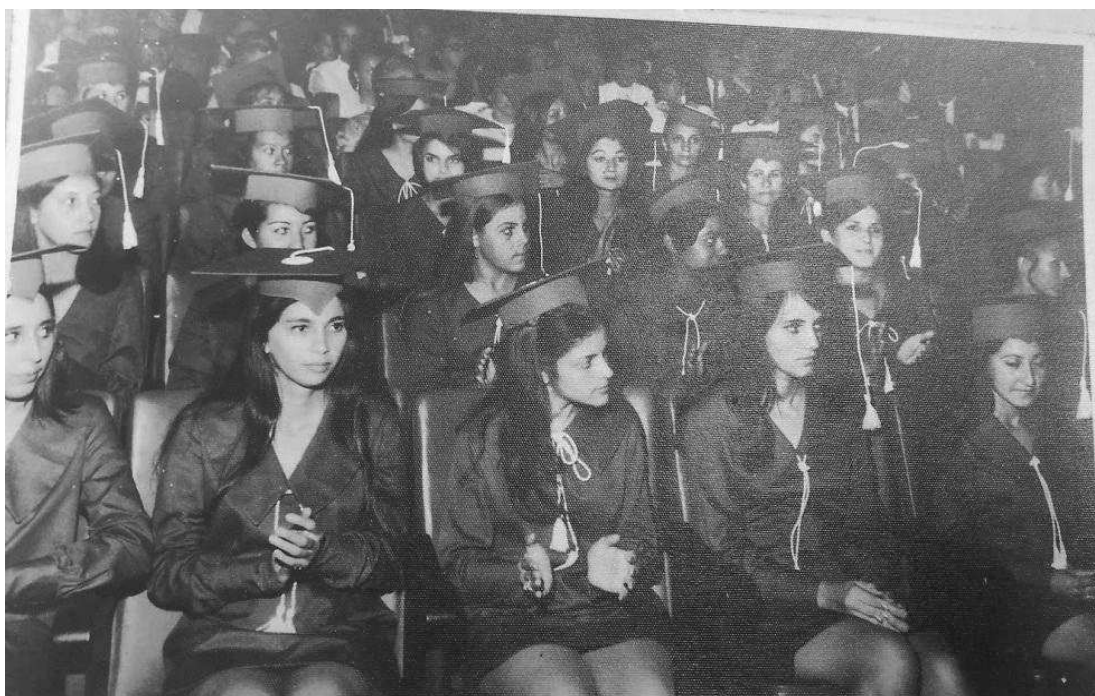
¹¹ Durante a pesquisa feita no Arquivo João Agripino pertence a Escola Normal de Campina Grande, já nos anos 70, contava matrículas de meninos na instituição, o número irrisório, com a maioria feminina, mas não podemos generalizar em apenas normalista que frequentava a instituição.

¹² A feminização do magistério primário no Brasil aconteceu num momento em que o campo educacional se expandia em termos quantitativos. A mão-de-obra feminina na educação principiou a revelar-se necessária, tendo em vista, entre outras causas, os impedimentos morais dos professores educarem as meninas e a recusa à co-educação dos sexos, liderada pelo catolicismo conservador. Com a possibilidade das mulheres poderem ensinar produziu-se uma grande demanda pela profissão de professora. Aliando-se a essa demanda, o discurso ideológico construiu uma série de argumentações que alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada às ideias de domesticidade e maternidade. Essa ideologia teve o poder de reforçar os estereótipos e a segregação sexual a que as mulheres estiveram submetidas socialmente ao longo de décadas, por entender-se que cuidar de crianças e educar era missão feminina e o magistério revelar-se seu lugar por excelência. (ALMEIDA, 1998, p.64)

¹³ Ela era uma escola do sexo feminino destinada às elites, (...) servindo muito mais para preparar a mãe e a esposa, necessárias para uma sociedade em mudança, do que para formar uma futura professora (KULESZA, 2008, p.270).

Servindo-se de símbolos, de códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o lugar dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (Louro, 2010, p. 58). Podemos ver as meninas na delimitação do espaço de formação de professoras, uma escola que tinha seu número significativo de meninas para atender uma norma de docilização do feminino na perspectiva educacional.

Figura 1: Normalista na cerimônia de formação da primeira turma no ano de 1968



Fonte: Arquivo João Agripino - ENE

As moças que aparecem são da primeira turma de normalistas formadas no ano de 1968, ainda na antiga sede do colégio Anita Cabral, que tinha seu prédio cedido até o ano de 1970 para a Normal campinense. Essas mulheres se formavam para ensinar no primário e podemos destacar o currículo para reforçar esse critério de formação de mulheres para o magistério, na imagem é possível a seguir “a idéia de indício, de resíduo da realidade sensível impressa na imagem fotográfica.” (MAUAD, 1996, p.4) destacar se nas disciplinas escolares apreendidas pelas normalistas, na perspectiva de ensinar mais formalmente as futuras crianças, a exemplo de algumas disciplinas como Higiene, Educação e Alimentação, Moral e Cívica, Música e Canto¹⁴

¹⁴ “o primeiro correspondia ao ciclo ginásial do curso secundário e tinha duração de quatro anos. Seu objetivo era formar regentes do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais regionais. O segundo ciclo, com a duração de três anos, correspondia ao ciclo colegial do curso secundário. Seu objetivo era formar os professores do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais e nos Institutos de Educação. Estes, além dos cursos citados, contariam com Jardim de Infância e Escola Primária anexos e ministrariam também cursos de especialização de professores primários para as áreas de educação especial, ensino supletivo, desenho e artes aplicadas, música e canto e cursos de administradores escolares para formar diretores, orientadores e inspetores escolares.” (SAVIANI, 2009, p.146)

Diante de um currículo diversificado da Escola Normal de Campina Grande e da cultura escolar, que já nos anos de 1966 seguia o modelo das leis orgânicas de 1948, cabe destacar que

ao ensino normal, com a aprovação em âmbito nacional do decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal (Brasil, 1946). Na nova estrutura, o curso normal, em simetria com os demais cursos de nível secundário, foi dividido em dois ciclos: o primeiro correspondia ao ciclo ginásial do curso secundário e tinha duração de quatro anos. Seu objetivo era formar regentes do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais regionais. O segundo ciclo, com a duração de três anos, correspondia ao ciclo colegial do curso secundário. Seu objetivo era formar os professores do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais e nos institutos de educação. Estes, além dos cursos citados, contariam com jardim de infância e escola primária anexos e ministrariam também cursos de especialização de professores primários para as áreas de Educação Especial, Ensino Supletivo, Desenho e Artes aplicadas, música e canto e cursos de administradores escolares para formar diretores, orientadores e inspetores escolares. (SAVIANI, 2009, P.147)

Todavia, a Escola Normal Estadual contava até os anos 1970, com duas salas cedidas no prédio do colégio municipal Anita Cabral, sem nenhuma estrutura para ofertar à sociedade campinense o conforto que a elite desenvolvimentista esperava para essa realidade anunciada nos jornais campinenses desde de 1959, como aponta Alarcon Agra do Ó (2006) “*água, pavimentação, Instituto de Educação, Escola Normal para moças, grupos escolares, ampliar e melhorar a saúdes, ajuda para a agricultura, hospitais, obras sociais.*” (AGRA DO Ó, 2006 *apud* DB,28/02/1959 p.02). No que se destaca na realidade do jornal Diário da Borborema¹⁵ até os anos de 1970, compreendemos que “as fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros” (LUCA, 2010, p.114-116). O projeto de “sucesso” de desenvolvimento educacional ainda não tinha sido efetivado.

O projeto de criação da Escola Normal foi do início dos anos 60¹⁶, sendo iniciativa do governo do estado da Paraíba como nome de Escola Normal Estadual (ENE). Tendo seu espaço de atividades no Grupo Escolar Sólon de Lucena, primeira

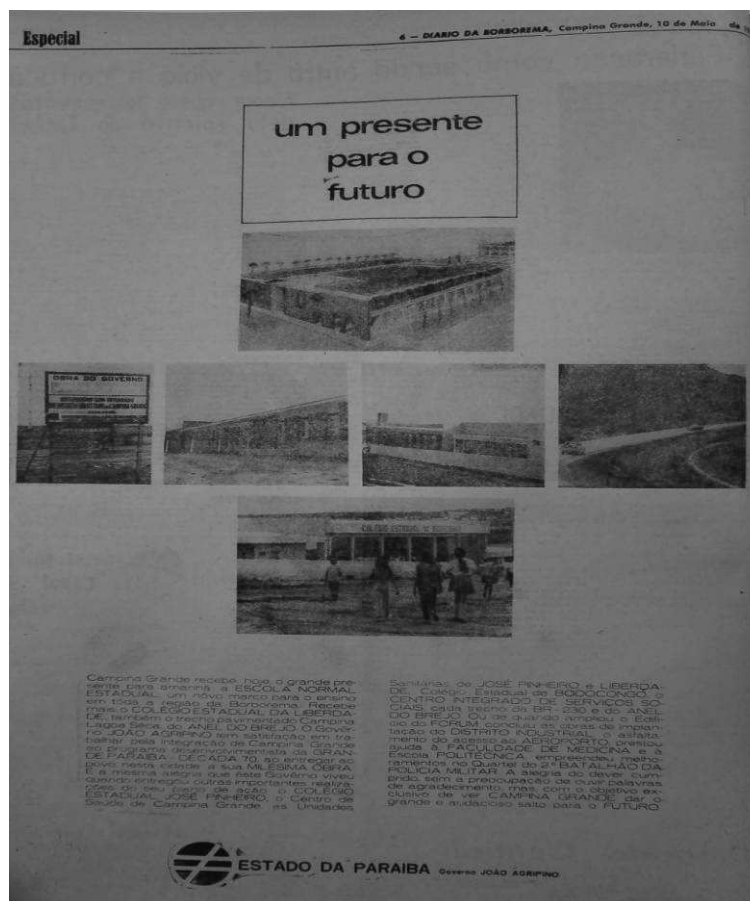
¹⁵ *INSTITUTO DE EDUCAÇÃO OU ESCOLA NORMAL DE CAMPINA GRANDE* – Procurando satisfazer a justa aspiração da sociedade campinense, de possuir uma Escola Normal dotada de instalações modernas, a convite do Prefeito Elpídio de Almeida foi o Secretário de Educação à Campina Grande escolher pessoalmente um dos dois terrenos oferecidos pela Prefeitura Municipal para a edificação desse futuro estabelecimento de ensino.

Na entrevista anteriormente aludida, também prestava conta dessa tarefa junto ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), a cujo ilustre Diretor, Professor Anízio Teixeira entregou um memorial, datado de 18.2.1959, solicitando duas obras especiais para a Paraíba a Escola Experimental de João Pessoa e o Instituto de Educação de Campina Grande, valendo frisar que o referido documento fora instruído com as plantas dos terrenos destinados e tais obras. (*Diário da Borborema*, 1959, p. 2)

¹⁶ A escola foi criada por iniciativa do Governo do estado na gestão do Dr. José Fernandes de Lima, pela lei Estadual n° 2.229, publicada no Diário Oficial, edição de 08 de abril de 1960 com a denominação de “Escola Normal Estadual” tendo como seu primeiro local de funcionamento o Grupo Escolar Sólon de Lucena. (SOUSA/LIMA *apud* ESCOLA NORMAL ESTADUAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA, 2008, p.1).

instituição de ensino campinense, as atividades da EN foram realizadas no Sólton de Lucena até 1966, passando a realizar suas atividades no Colégio Anita Cabral (em 2019, atual CCJ-UEPB). Em 1969, são iniciadas as obras, até a inauguração do seu prédio próprio, em 1970, na gestão de João Agripino. Podemos ver o entusiasmo relatado no jornal Diário da Borborema, do dia 10 de Maio 1970, das obras “faraônicas” e do milagre econômico¹⁷ com a matéria de divulgação dos seus projetos finalizados já no início da década de 70.

Figura 2: Propaganda do governo do Estado



Fonte: Acervo pessoal do Prof. Luciano Mendonça de Lima-UFPG

No dia 10 de Maio de 1970, inaugura-se o complexo educacional, que ficou conhecido como Instituto de Educação de Campina Grande¹⁸, o projeto de 1959, mas construído apenas dez anos depois. No dia 12 de Maio de 1970, o jornal do Diário da Borborema vinculou a reportagem sobre a Inauguração de duas instituições de ensino públicas. Vejamos a seguir

¹⁷ Ver Prado & Earp (2010): “ a expansão “milagre brasileiro” passou a ser usado como sinônimo do boom econômico observado desde 1968- e também como instrumento de propaganda do governo. ” (PRADO & EARP, 2010, p.219)

¹⁸ [...]dependências para Jardim de Infância, Escola de Aplicação e Escola de Professores. A sua localização equidistante do centro da cidade e dos principais bairros da zona leste, atende perfeitamente aos interesses da maior parte da população escolar campinense” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959,, p.8).

GOVERNADOR INAUGUROU COLÉGIO ESTADUAL DA LIBERDADE E INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO- A noite na avenida Brasília teve lugar a solenidade de inauguração do Instituto Estadual de Educação, representando um investimento de 772 milhões de cruzeiros antigo. Distribuída numa área construída de 3640 metros quadrados e composto de dois blocos com dois pavimentos cada incorporando 23 salas de aula, com a capacidade para 1200 alunos, o Instituto de Educação constitui se na milésima obra do governo de João Agripino. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 1970, p.1)

Na compreensão de que o Governo Estadual empreende duas entidades educacionais no mesmo dia, a Escola Normal Estadual e a Escola de Aplicação, que tinha alunos de nível primário, o secretário de Educação Antônio Matriz que discursa na solenidade de inauguração da Instituto de Educação “*será o maior impulso a luta contra o analfabetismo*” (*Diário da Borborema*, 1970, p 1), assim o secretário que constitui um grupo ao qual interessa na formação dos professores campinenses. O governador também discursa sobre a “*enfocou a significação sócio-econômica e cultural daqueles empreendimentos*” (*Diário da Borborema*, 1970, p 1) Na fala do Governador João Agripino é possível o interesse do programa de desenvolvimento do Estado, almejando uma nova realidade socioeconômica e cultural para a cidade

Podemos ver na foto a seguir a euforia e o entusiasmo da solenidade de inauguração do Instituto Estadual de Educação de Campina Grande- PB.

Figura 3: Inauguração do prédio atual da Escola Normal em 1970



Fonte: Arquivo João Agripino - ENE

Destacou-se a participação da aluna (normalista), ao segurar a Bandeira do Brasil, da *representação* da nação brasileira. Segundo o historiador Michel de Certeau (1996), os produtos culturais ofertados no mercado de bens encontram os olhares lançados sobre *as operações* dos seus usuários, cuja recepção (ou consumo) dos produtos culturais não constituem práticas neutras, muito pelo contrário, consiste em “*maneiras de praticar*”. Desse modo, a prática utilizada na inauguração da escola já constitui uma maneira de praticar um discurso de relações de poder vigente desde 1964 na sociedade brasileira. Mesmo sendo uma solenidade oficial, não podemos perder de vista o interesse do fotógrafo em registrar esse momento.

3. A ESCOLA NORMAL ESTADUAL, A MEMÓRIA E PRÁTICA EDUCACIONAL.

No período da Ditadura Militar brasileira, estiveram no poder cinco militares: Marechal Castelo Branco (1964-1967); Costa e Silva (1967- 1969); Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979); e João Figueiredo (1979-1985). Podemos considerar que entre 1968 a 1978, o período de vigência do Ato Institucional nº 05, ocorreu a censura, a fiscalização e a vigilância intensiva, atingindo, portanto, os espaços da sociedade civil.

Em 1968, ano que não terminou¹⁹ para muitos os estudiosos sobre a perspectiva do golpe de 1964, ainda são necessárias muitas abordagens sobre o estudo, do ano de 1968 até o ano 1978. Após a implementação do AI-05, houve anos de diversos acontecimentos culturais, sociais, políticos e econômicos para a sociedade civil brasileira, deste modo, não se distanciando dos espaços campinenses, também os espaços como nas instituições de ensino foram alvos dessas mudanças. Na conjuntura do golpe de 1964, as escolas foram submetidas às mudanças impostas pelos AI-05, e, assim, buscamos problematizar a vigilância no interior da Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia de Campina Grande, a partir da promulgação do Decreto-Lei nº 477, consubstanciando-se na memória e nas práticas educacionais da escola.

Neste período, é possível perceber uma polarização sobre as memórias, as consideradas oficiais e as subalternas, considerando uma disputa, segundo o Pollak (1989):

Essa memória "proibida" e portanto "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se

¹⁹ Livro do Jornalista e Escritor Zuenir Ventura, tem sua primeira publicação em 1989, sob a perspectiva de abordar os movimentos sociais de 1968 e à importantes personagens, obras e músicas que fizeram parte do período e a passeata do cem mil, que marca o assassinato do estudante Edson Luís. VENTURA, Zuenir. 1968: *o Ano que Não Terminou*, Zuenir Ventura, Editora: Nova Fronteira 2006, 336 pág.

acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades. (POLLAK, 1989, p.4)

Diante do apontamento de Pollak (1989), a memória que ocupa o cenário cultural rompe com a memória dita oficial, que constitui em invadir o espaço público, como o da escola, podendo articular representações acerca do passado, construir e ressignificar as memórias dos espaços sociais.

Ao analisarmos a vigilância na Escola Normal, abrimos para o estudo do filósofo Michel Foucault, na discussão da obra *Microfísica do Poder* (1979), que aborda a disciplinarização dos corpos e a vigilância e seus mecanismos, implementados na modernidade, como as prisões e as escolas, sendo apresentadas pelo autor como iguais na dimensão do controle social. A educação (o sistema) pode funcionar como estratégia de disciplinarização dos corpos e mentes dos sujeitos sociais.

Dentro dessa percepção foucaultiana, compreendemos ao longo do nosso estudo e pesquisa que muitas foram as tentativas do sistema educacional dos militares para disciplinarização do regime vigente. Mais especificamente na Escola Normal, com a mudança do currículo escolar, a partir de 1971 para o curso Normal com Habilitação para o magistério, após o acordo MEC- USAID, tentativa de introduzir ao Brasil um modelo educacional norte-americano de implementados em vários níveis do ensino brasileiro, vejamos como foi implementada nos Cursos Normais:

Instituída sob a égide do Desenvolvimento com Segurança do regime Militar, a Lei 5.692/1971 modificou a estrutura do Curso Normal, que passou a se chamar Habilitação para o Magistério- 1a a 4a séries do Ensino de 1o Grau, sendo oferecido tão-somente no 2o Grau e não mais nos Cursos Normais Ginasiais. De acordo com o Parecer nº 349/1972 da Câmara de Ensino de 1o Grau, a LDB de 1961 (Lei 4.024) era falha no que se referia à formação de professores para as séries iniciais do Ensino de 1o Grau, tendo em vista que os Cursos Normais Ginasiais – apesar de formarem professores regentes para o ensino primário – em grande medida, não estavam compondo novos quadros docentes neste grau de ensino nas escolas públicas. Daí, a necessidade de se implementar uma nova lei que atendessem, satisfatoriamente, as exigências do ensino primário (DANTAS, 2015 apud CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR, 1972, p. 241-242).

Com essa mudança, o currículo da Escola Normal Estadual de Campina Grande²⁰ teve suas alterações já no mesmo ano, como podemos analisar a partir dos históricos escolares das alunas normalistas, matriculadas nesse período de

²⁰ Nessa nova estrutura, desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau. O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial. O antigo curso normal cedeu lugar a uma habilitação de 2º Grau. A formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante. (SAVIANI, 2009, p.147)

1971, com a implementação de novas disciplinas e obrigatoriedade da disciplina “Moral e Cívica”²¹, que com a Lei 5.692/1971 foram implementadas. Podemos ver na ficha do histórico escolar esta mudança:

Figura 4: Histórico escolar dos anos letivo de 1967, 1968 e 1969.

The figure displays three overlapping historical school records (histórico escolar) for the years 1967, 1968, and 1969. Each record is a table with columns for 'Disciplinas' (Subjects), 'Avaliações' (Assessments), 'Exame Final' (Final Exam), and '2ª Prova' (2nd Exam). The subjects listed include Portuguese, Mathematics, History, Geography, Physical Education, Civics, and Moral Education. The records show scores for individual assessments and the final exam, along with the student's name and the school's name (João Agripino - ENE). The records are handwritten and show a progression of scores over the years.

Fonte: Arquivo João Agripino- ENE

²¹ Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969 <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 27 de Novembro de 2019

Figura 5: Histórico escolar dos anos letivo de 1969 e 1970

1.ª SÉRIE		ARGUIÇÕES							EXAME FINAL			2.ª ÉPOCA		
Disciplinas	Mar.	Abr.	Mai.	Ago.	Sep.	Out.	Média das Arguições	1.ª Prova Parcial	Escrita	Oral	Média	2.ª ÉPOCA		
												P. Esc.	P. Oral	Média
Português	60	40	40	46	62	82	390	69			66			
Matemática	30	80	10	100	60	100	380	60			62			
Psicolog.	90	95	90	93	85	95	550				91			
Did. Germ. e Inglês	90	90	90	100	80	90	540				90			
Sociolog. e Moral Cívica	100	90	90	90	80	100	550				91			
Est. Sociais	80	90	95	95	95	100	555				92			
Artes Educ.	84	80	95	100	90	95	515				90			
Música	95	90	92	97	100	92	566				94			
Ed. Física	Frequência normal													
Historia														

Data dezembro 1969

DIRETOR (A) Estácio Pereira Wanderley SECRETÁRIO (A) Francisco Gomes Pereira

2.ª SÉRIE		ARGUIÇÕES							EXAME FINAL			2.ª ÉPOCA		
Disciplinas	Mar.	Abr.	Mai.	Ago.	Sep.	Out.	Média das Arguições	1.ª Prova Parcial	Escrita	Oral	Média	2.ª ÉPOCA		
												Notas das Arguições	P. Esc.	P. Oral
Port.	80	80	90	100	90	100	540				90			
Matemática	100	100	100	100	100	100	600				10			
Psicolog. e Moral Cívica	40	100	90	-	-	-	260				86			
Psicolog. Educ.	100	100	80	80	100	100	560				93			
Prática da Escrita	80	80	80	90	90	100	520				86			
Did. Germ.	-	-	-	80	100	100	280				93			
Did. Linguagem	85	80	85	90	80	90	502				83			
Did. Matemática	100	100	100	100	100	75	545				95			
Fundamentos da Ed. da Esc.	80	75	80	100	95	95	525				87			
Est. Sociais	100	100	100	100	100	100	600				100			
Moral Cívica	95	95	95	70	95	50	500				83			
Educação Física	Frequência normal													
Ed. Pedagog. e Ed. Cívica	85	90	85	90	100	95	545				90			
Mus. e Artes	90	90	90	100	100	100	570				95			

Data

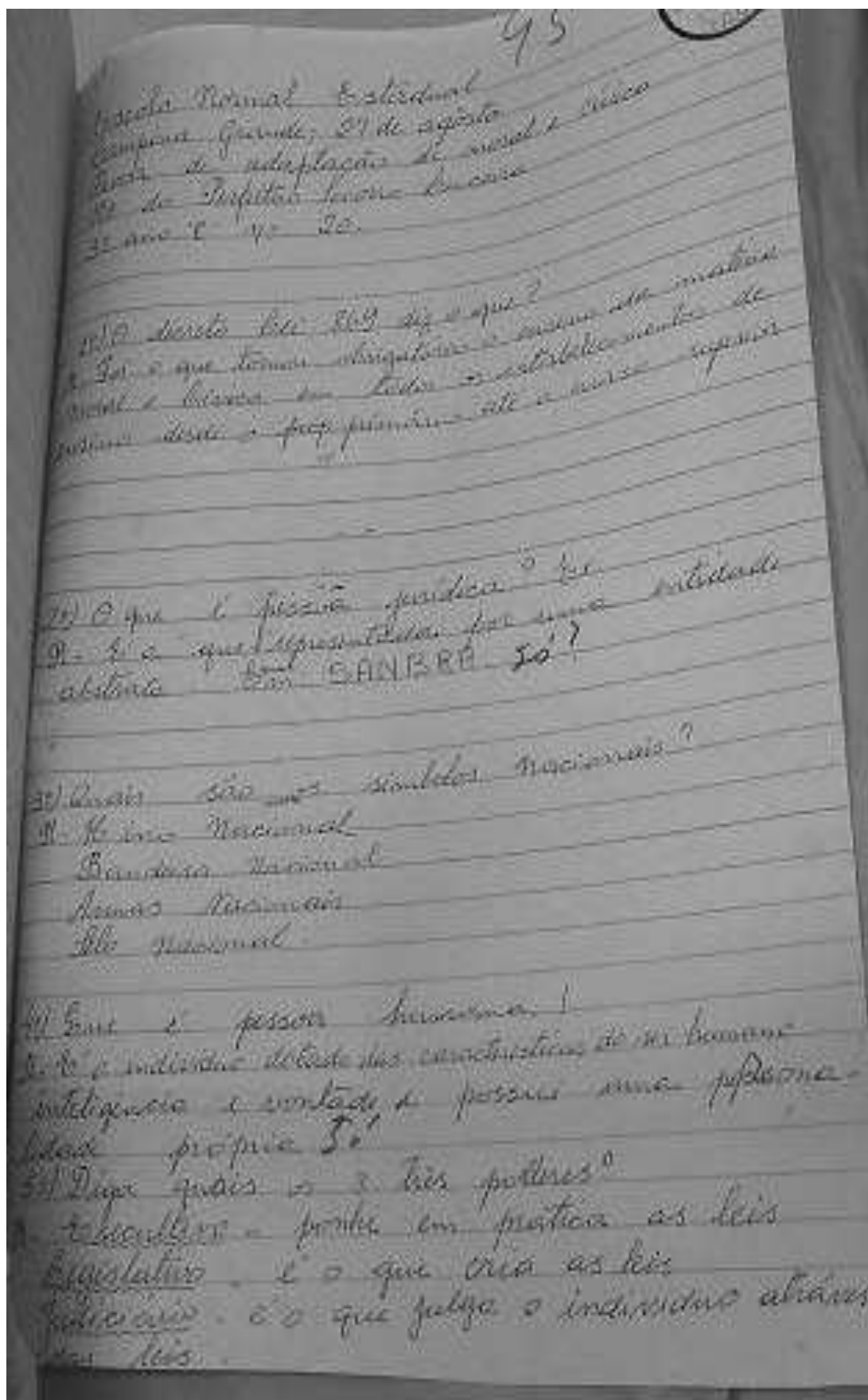
DIRETOR (A) SECRETÁRIO (A) Paulo José Almeida

Fonte: Arquivo João Agripino- ENE

É possível verificarmos já no ano de 1970 a mudança do currículo com a implementação da disciplina Moral e Cívica, componente este obrigatório em todos os níveis de ensino, a partir do Ato Institucional nº 05, implicando também nas aplicações dos conteúdos e provas da Escola Normal. Verificamos que, para a transferência de uma aluna do nível médio para estudar na escola, era necessária uma prova de adaptação²² do conteúdo e, diante disso, visualizamos provas do conteúdo obrigatório de Moral e Cívica para a realização da transferência, vejamos a seguir:

²² Art. 41. Será permitida aos educandos a transferência de um curso de ensino médio para outro, mediante adaptação, prevista no sistema de ensino. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961 <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 27 de Novembro de 2019

Figura 6: Prova de adaptação em Moral e Cívica



A prova contém questões sem critério de didática, perguntas ligadas diretamente ao patriotismo, a discussão sobre “quais eram considerados os símbolos nacionais”, assim podemos analisar a dinâmica de ministração da prática do ensino, sendo muitas vezes uma metodologia para decorar e não aprender os conteúdos, sem nenhum interesse na crítica ou análise crítica dos alunos, na compreensão que os saberes são relação de ensinar e aprender ultrapassar o ensino formal e unificador, para saberes e experiências na cultura escolar, através das relações sociais. Diante disso, nos estudos sobre a concepção de Forquin, podemos analisar a cultura escolar da Escola Normal Estadual:

A educação não transmite jamais a cultura, considerada como um patrimônio simbólico e unitário e imperiosamente coerente. Nem sequer diremos que ela transmite fielmente uma cultura ou culturas, elementos de cultura, entre os quais não há forçosamente homogeneidade, que podem provir de fontes diversas, ser de épocas diferentes, obedecer a princípios de produção e lógicas de desenvolvimento heterogêneos e não recorrer aos mesmos procedimentos de legitimação. Isto significa dizer que a relação entre educação e cultura poderia ser mais bem compreendida através da metáfora da bricolage (como reutilização, para fins pragmáticos momentâneos, de elementos tomados de empréstimo de sistemas heterogêneos) do que através da metáfora do reflexo ou da correspondência expressiva. (Forquin, 1993, p. 15)

A cultura escolar apresenta-se assim como uma cultura segunda com relação à cultura de criação ou de invenção, uma cultura derivada e transposta, subordinada inteiramente a uma função de mediação didática e determinada pelos imperativos que decorrem desta função, como se vê através destes produtos e destes instrumentos característicos constituídos pelos programas e instruções oficiais, manuais e materiais didáticos, temas de deveres e de exercícios, controles, notas, classificações e outras formas propriamente escolares de recompensas e de sanções. (Forquin, 1992, p. 33-34; grifos do autor *apud* FARIAS FILHOS Et al. 2004, p. 146-147)

Neste estudo, podemos compreender as formas que podem se apresentar à cultura escolar, nas práticas educacionais e o direcionamento dados pelos programas oficiais dos militares, não se distancia da realidade entre 1968 à 1978 da Escola Normal campinenses esses impactos são significativos da política educacional dos militares, as relações ensino e aprendizado estavam pautadas no regime de autoridade e disciplinarização dos corpos. Não se distanciando dos meios de comunicação, essa memória de disciplinarização, entre a não suspensão de aulas para a participação de um missa em solidariedade do aluno secundarista assassinado pelo militar em 1968, o periódico do Diário da Borborema traz a notícia do funcionamento da Escola Anita Cabral, onde era a antiga sede da Escola Normal Estadual inviabilizando a participação das normalistas na missa pela morte do Edson Luiz²³ :

²³ Estudante secundarista brasileiro assassinado aos 18 anos de idade, por policiais militares que invadiram o restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968, durante uma manifestação estudantil.

Exceção feita ao Ginásio da Imaculada da Conceição, SENAI, e Ginásio Anita Cabral, que realizaram aulas normalmente, todos os educandários campinenses, além de todas as escolas superiores da cidade, fecharam ontem suas portas, em sinal de solidariedade ao seu colega, estudante morto na Guanabara, vítima da ação da Polícia, que a todo custo tenta dispersar os movimentos estudantis em toda a nação, desde a última semana. Na manhã de ontem estudantes de todas as Faculdades de Campina Grande, estiveram reunidos no pátio da Faculdade de Direito, quando de comum acordo, acertaram a realização, de logo mais às 8 horas na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, de uma missa pela alma dos estudantes mortos ultimamente. Todos os estudantes de Campina Grande estarão presentes a missa que será oficializada pelo padre João Batista. Segundo conseguimos apurar, obteve péssima repercussão a medida tomada pelos Delegados Joaquim Sinfrônio e João Valdevino proibindo, terminantemente, a realização de qualquer manifestação estudantil. Os revoltosos achavam que “a democracia, no Brasil, estava sendo, aos poucos, castrada”. (*Diário da Borborema*, 1968, p. 08)

A Escola Normal Estadual e as estudantes, não podendo participar de um ato solidário, a fim de não-propagação de ideias contrárias ao regime vigente, podemos ver um conjunto da cultura escolar como aponta Julia (1995) normas e práticas coordenadas que podem variar segundo as épocas de finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização. Portanto, as normalistas incluídas em um conjunto normas e práticas, desde da sua matrícula, tinham que ser “bem quistas pelo regime”, ao observarmos esse registo de não violação do regime ditatorial:

Figura 7: Registro da Delegacia Especial de Campina Grande

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA ESPECIAL DE CAMPINA GRANDE

DELEGACIA ESPECIAL DE CAMPINA GRANDE

Data: _____ Delegado Especial de Campina Grande

CERTIFIQUE-SE

Em _____ de _____ de 1968

Assinado por: _____

Nome: TERESA DE JESUS OLIVEIRA E SILVA
Filha de: MARCEL ALEXANDRINO DA SILVA
de: DOMENINA OLIVEIRA E SILVA
nascida em 14 de Dezembro de 1939 em Moxosa OLIVEIRA
comarca do Estado: João Pessoa Estado: Paraíba
Sexo: F R a s s i l
estado civil: Solteira profissão: estudante
residência: Rua - TAVARES CARVALHO
n.º 80 município de Campina Grande, Paraíba
para fim de Prestar ex-ae-re vestibular "

região a V. S. se digno de mandar elaborar ao Arquivo Policial Central registros antecedentes de requerente, bem como se não profereu ideologia contrária ao regime vigente na Nação. O requerente, sob a presente data, cedeu com boa conduta cívica moral.

DELEGACIA ESPECIAL DE CAMPINA GRANDE
Rua: _____ nº _____
Campina Grande, Paraíba, em 27 de Dezembro de 1968

Nome: TERESA DE JESUS OLIVEIRA E SILVA
Endereço: Rua TAVARES CARVALHO nº 80
Campina Grande, Paraíba

DELEGACIA ESPECIAL DE CAMPINA GRANDE
CERTIFICO que a requerente TERESA DE JESUS OLIVEIRA E SILVA, filha de MARCEL ALEXANDRINO DA SILVA e DOMENINA OLIVEIRA E SILVA, nascida em 14 de Dezembro de 1939 em Moxosa OLIVEIRA, comarca do Estado de João Pessoa, Estado de Paraíba, não profereu ideologia contrária ao regime vigente na Nação.

DELEGACIA DE INVESTIGADORES E CAPTURAS
Rua: _____ nº _____
Campina Grande, Paraíba, em _____ de 1968

DELEGACIA ESPECIAL DE CAMPINA GRANDE
CERTIFICO que a requerente TERESA DE JESUS OLIVEIRA E SILVA, filha de MARCEL ALEXANDRINO DA SILVA e DOMENINA OLIVEIRA E SILVA, nascida em 14 de Dezembro de 1939 em Moxosa OLIVEIRA, comarca do Estado de João Pessoa, Estado de Paraíba, não profereu ideologia contrária ao regime vigente na Nação.

EM FACE DAS INFORMAÇÕES ATESAS AFIRMATIVAMENTE

_____ 1968

DELEGADO ESPECIAL DE CAMPINA GRANDE

Fonte: Arquivo João Agripino- ENE

Podemos ver que a escola era um ambiente propício ao controle social do regime, assim como aponta Foucault - um meio de coerção e suplício, meio de disciplina e aprisionamento do 'homem', revelando a face social e política desta forma de controle social aplicado ao direito e às sociedades. Diante disso, a prática de vigilância, como prática de controle social, nos permite analisar muitas das implicações sistematizadas dentro da escola Normal Estadual, a partir do Ato Institucional nº 05 (1968-1978). Ademais, a escola está repleta de tramas, de memórias individuais e coletivas sobre a cultura escolar uma vez que podem lançar luz sobre a sensibilidade da época mais nefasta da sociedade brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, que foi inaugurada em 1970, pelo então governador João Agripino do partido dos militares a Arena, foi considerada desde da sua chegada um marco da educação campinense, com o status de "presente para o futuro", contribui há mais de 60 anos para a formação de professores em nível de primário. Assim, atraiu estudantes, mais comum de mulheres (normalistas) das regiões circunvizinhas da cidade e de diversas camadas sociais.

Com a iniciativa de melhorar a educação campinense, após o surgimento de um grande número de escolas Estaduais em Campina Grande, se fez necessário o aumento do número de professores formados. No intuito de formar uma maior juventude letrada, pode se organizar uma Escola, que já no seu início, na década de 60, com suas duas salas em empréstimo de outra instituição, já se percebia uma juventude feminina promissora para História da Educação Campinense.

Na escassez de trabalho sobre a Escola Normal Estadual de Campina Grande, que busca se problematizar a escola no período da Ditadura Militar, mais especificamente o período do Ato Institucional nº 05 (1968-1978), compreendermos as relações entre a cultura escolar e sua relação de surgimento na cidade. Na medida em que a pesquisa se fez necessária para o resultado deste trabalho, analisamos um conjunto de fontes internas e externas, com a finalidade de abarcar todo o período de recorte temático.

No período de 1968 a 1978, são inúmeras as documentações contidas na Escola Normal Estadual, que nos permite fornecer indícios sobre a cultura escolar, e pensarmos acerca da vigilância e controle social daquela instituição escolar. Buscamos elaborar a partir das representações dos documentos escritos sobre a percepção do período de estudo. Desse modo, distante da generalização e homogeneização de analisar os conteúdos, como historiadora, recorreremos à análise das práticas variadas dentro da relação escola e cidade.

No primeiro tópico, buscamos traçar o panorama de surgimentos da escola até a inauguração do seu prédio oficial, a partir dos periódicos, que relatam a importância do surgimento da escola e das imagens que estão contidas no arquivo da escola, apresentando o contexto político e social na década de 60, que permitiu o surgimento de uma escola para formar professores. Enfatizamos a formação destes professores, que já no seu surgimento tem o maior número feminino, percebendo que a relação da educação e da disciplinarização do ensino tem o ideário da educação feminina.

No segundo tópico, procuramos traçar a escola como espaço de práticas e memórias, que relança um olhar para a cultura escolar, sobre as normas e

práticas contidas dentro e fora dos espaços sociais, compreendemos sobre o que contém no arquivo (o que está encoberto) e nos jornais, a representação da escola e como elabora a cultura da mesma na memória nos elementos contidos sobre a pauta da Ditadura Militar, na vigilância do AI-05, na compreensão sobre as memórias “oficiais” e “subalternas”, a partir da concepção de Pollak, da disputa de memória .

Neste trabalho, buscamos entender a cultura escolar da Escola Normal Estadual de Campina Grande, durante o período de 1968 a 1978, com a representação do noticiado pela cidade, pensar o cenário da escola, junto a suas práticas e normas sobre a política educacional e o projeto de interesse da cidade no ambiente da escola, a partir das transformações pautadas pelo surgimento da escola na cidade campinense.

Nosso objetivo maior, foi lançar luz sobre a Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, mediante as gerações de professores (as) formadas no ano de 2019, que tem seu encerramento como instituição de formação de professores, que acompanhou as transformações culturais, sociais, políticas, e educacionais da sociedade campinense.

REFERÊNCIAS

Jornais

Diário da Borborema, Campina Grande/Paraíba 1968-1978

Arquivos e Biblioteca

Arquivo João Agripino, Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia (Escola Normal)

Biblioteca Átila de Almeida, Universidade Estadual da Paraíba.

Acervo Particular

Acervo Pessoal de Luciano Mendonça de Lima

Acervo Pessoal de Pâmela Tamires Avelino de Sousa

BIBLIOGRAFIA

AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: Projetos de educação, projetos de cidades Campina Grande (1959)**. Campina Grande: EDUFCG, 2006. 151p. (Coleção Outras Histórias, n.5).

ALBUQUERQUE, Thaisy Lanny de. **Memória e cotidiano escolar: o Colégio Estadual de Campina Grande (1968-1978)**. Campina Grande, 2011. 142 f.

Dissertações (Mestrado em História) Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. João Pessoa: Tese de Doutorado, Centro de Educação/Universidade Federal da Paraíba, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 2ª ed. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

DANTAS, Jéferson Silveira. **O MODELO CURRICULAR DA LEI 5.692/1971 DURANTE A DITADURA MILITAR PARA O CURSO DE MAGISTÉRIO E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL E EM SANTA CATARINA**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.23, n.2, p.97-121, jul./out.2015 <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>

FARIAS FILHOS, Luciano Mendes de. VIDAL, Diana Gonçalves. GONÇALVES, Irlen Antônio. PAULILO, André Luiz. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputa**. Tese de Doutorado, Centro de Humanidades- Universidade Federal Fluminense, 2010

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: Fontes Históricas. Org.: Carla Bassanezi Pinsky, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-145.

MAGALHÃES, J. **O público e o privado na educação brasileira**. Revista Brasileira de História da Educação, 18. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e046>.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. HONORIS CAUSA: ELOGIO DE AGUSTÍN ESCOLANO BENITO. **Hist. Educ.** vol.19 no.47 Santa Maria Sept./Dec. 2015

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: fotografia e história-interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Khoury. Projeto História, São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 27ª ed. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SOUSA, Pâmela Tamires Avelino de. LIMA, Niédja Maria Ferreira de. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CAMPINA GRANDE-PB: PRIMEIRAS ASPIRAÇÕES ACERCA DA CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL (1958-1960)**. ANAIS DA XIV JORNADA DO HISTEDBR: Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa. UNIOESTE FOZ DO IGUAÇU-PR. ISSN: 2177-8892

SOUSA, Pâmela Tamires Avelino de. **“Em benefício da formação da juventude feminina”- a Escola Normal Estadual de Campina Grande (1955-1960)**. 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v.14 n.40 p. 143-155, jan. /abr. 2009.

KULESZA, WojciechAndrej. **A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910)**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.79, n 193, p. 63-71, set. /dez. 1998.

ANEXOS

**ARQUIVO JOÃO AGRIPINO – ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA
GRANDE**



Imagem do Arquivo João Agripino (pertencente à Pâmela Tamires)



Imagem do Arquivo João Agripino (pertencente à Pâmela Tamires)



Imagem do Arquivo João Agripino

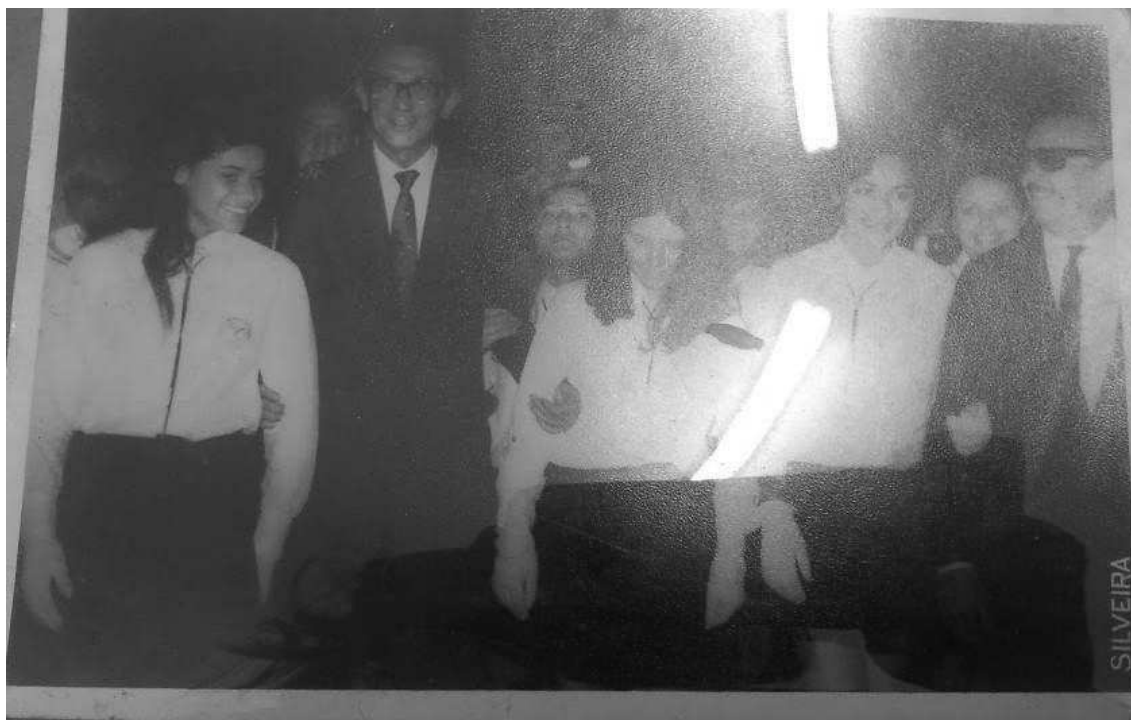


Imagem do Arquivo João Agripino



Imagem do Arquivo João Agripino

ARQUIVO PESSOAL- LUCIANO MENDONÇA DE LIMA

Nôvo edifício da Escola Normal Estadual será inaugurado a 10

Para entregar ao público a milésima obra construída na atual administração estadual, o Governador João Agripino estará no próximo domingo em Campina Grande, para inaugurar o nôvo edifício da Escola Normal Estadual, a qual no dia dez do corrente estará completando o décimo aniversário de fundação.

Far-se-ão presentes, diversas autoridades federais e estaduais, inclusive cinco governadores de Estados nordestinos.

O PRÉDIO DA ENE

O nôvo edifício da Escola Normal Estadual de Campina Grande foi construído pela SUPLAN, através da CONTE-NOBRAS, com aproximadamente três mil metros de área coberta, num terreno de área aproveitável de oito mil e quinhentos metros quadrados.

Construído em estilo medievai, a ENE está dividida em

dois blocos, cada um com dois pavimentos.

No primeiro bloco será instalada a escola de formação de professoras e no segundo a escola de aplicação às crianças de seis a doze anos.

A ENE será a primeira no Nordeste a dispor de dois amplos conjuntos interligados para melhor formação e aproveitamento das futuras professoras.

CAPACIDADE DE MATRÍCULAS

A capacidade de matrícula no curso de formação de professoras será para mil e duzentas alunas, divididas em três turnos e a escola de aplicação atenderá uma matrícula de setecentas crianças que receberão ensinamentos primários das próprias professoras estuantes, sob a coordenação de uma supervisora educacional de alto nível.

NOS DEZ ANOS

Atualmente, a Escola Normal Estadual vem funcionando, precariamente, no Ginásio Anita Cabral, com uma matrícula de trezentos e setenta e sete alunas (curso pedagógico) e cento e vinte e oito (primário, num total de quinhentas e cinco alunas.

Até o momento a ENE já diplomou seiscentas e dez professoras.

DIA DAS MÃES

O Colégio Estadual de Campina Grande e o Departamento Social da Fundação Manuel Bandeira promoverão amanhã, às 14,30, no Auditório Pedro Gondim, daquele educandário, solenidades em comemoração ao Dia das Mães. A programação constará de números musicais pela Escola Cantorum Villa Lobos, participação do Grupo Cênico Manuel Bandeira e distribuição de brindes

às mães presentes. Finalizando, o Diretor do Colégio, Dr. Francisco de Assis Martins, discursará sobre a significação da data.

"EDITAL DE PRAÇA"

O Dr. Rivaldo Silvério da Fonseca, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Campina Grande, Estado da Paraíba, em virtude da Lei etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital de praça, com o prazo de 30 (trinta) dias virem, ou dêle conhecimento tiverem, que, no dia 12 de maio próximo, às 14 horas, no Edifício Forum nesta cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, o porteiro dos auditórios, levará a público pregão de venda e arrematação a quem mais der e melhor preço oferecer, acima da avaliação de NCr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros novos), o seguinte bem penhorado à firma Araújo Brito Porcelana S.A. na Ação Executiva Fiscal que lhe move a Fazenda do Estado, a saber: "Um prédio pertencente a Firma supra citada, situada na Estrada do Cardoso, e uma parte do terreno baldio completamente cercado com postes de cimento armado e arame farpado com todas as suas dependências." E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da Lei Dado e passado nesta cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, aos 03 dias do mês de abril do ano de 1970. Eu Regina Frância Isidro, Esc. o da Tipografia e assino.

Rivaldo Silvério da Fonseca
Juiz de Direito.

Conforme com o original; dou fé data supra

Regina Frância Isidro
Escrivã.



Quando da inauguração, domingo, às 10h, na rua, do nôvo prédio da ENE (foto) haverá um espetáculo pirotécnico à semelhança do perficido em Brasília, quando da inauguração da Capital Federal.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos iniciais a DEUS, pai todo poderoso, aquele que me ajudou a permanecer forte e todo o processo de maior fragilidade e a Virgem Santíssima (Maria) por ser minha protetora dos momentos de insegurança, a minha família, que deu apoio incondicional nesses últimos meses de produção e em toda a minha trajetória formativa. A meu pai, Walmir Pereira de Araujo, a ser meu suporte em todas as minhas escolhas e dúvidas. A minha mãe, Maria do Socorro Silva, que com toda a dureza, me ensinou que eu posso ser forte o suficiente para caminhar e seguir em frente. A minha irmã, Sonale Silva Araujo, que com o jeito dela, um pouco diferente do meu, foi importante desde do primeiro período dessa formação, ao último.

Agradeço aos meus professores de toda a minha trajetória educacional, desde do que me alfabetizaram (incluo meu pai, mesmo sem formação intelectual, sua grande importância), às todas instituições de ensino ao qual eu passei durante todos esses anos dedicados aos estudos, em especial à Escola Est. de Aplicação (no qual fiz o meu segundo estágio docência e tive o privilégio de ser aluna), ao Premem (Escola Est. do Ensino Prof. E Médio Dr. Hortêncio de Sousa Ribeiro), que me ensinou muito a querer lutar pela educação, e ao cursinho Aprovação que me despertou o maior interesse por lecionar História aos alunos que prestariam o Enem.

Desse modo, posso agradecer ao Programa Residência Pedagógica-CAPES, subprojeto de História, que aos longos de quase dezoito meses me proporciona uma experiência inovadora e fantástica, mesmo como todas as dificuldades, me despertou muito mais o desejo de vida educacional. E aos meus alunos, do programa e dos estágios. Também ao Programa de Extensão Universitária- Prática Educativa e Saberes Regionais, que despertou juntamente aos docentes formadores de professores, ao incentivo dessa profissão. E não podendo esquecer dessa aproximação maternal, com a minha grande orientadora Patrícia Cristina de Aragão desde do primeiro período.

A professora Patrícia Cristina de Aragão, por sua gigantesca contribuição ao despertar o meu interesse pelas práticas educativas, serei eternamente grata. A toda a banca examinadora, a professora Prof^a Rozeane Albuquerque Lima, sua disponibilidade. Também a contribuição das aulas em Brasil IV, seu incentivo através da sua produção sobre o meu lugar (de certa forma, o Zepa é uma extensão da Invenção de um lugar/ Vivência e Memória da Favela da Cachoeira-Campina Grande, 1955-2002) a professora Hilmaria Xavier Silva, eterna gratidão do despertar essa memória de sensibilidade.

Ao demais professores e profissionais da educação que me ajudaram a caminhar nessa nova trajetória de vida, agradeço em especial a Dona Marilene, que com todo zelo e cuidado, disponibilizou o acesso ao Arquivo João Agripino- Escola Normal Estadual, aos funcionários da Biblioteca Átila de Almeida - Universidade Estadual da Paraíba. E ao professor Luciano Mendonça de Lima, por ceder tão gentilmente um grande número de periódicos. E aos outros de forma indireta ou direta que contribuíram com a minha pesquisa.

Ao meu companheiro, Lucas Tadeu, que me deu suporte e inspiração para essa caminhada, todo cuidado e dedicação, também a sua família, por cuidar de mim, nos meus momentos de fragilidades.

Aos amigos, Wesley, Pedro, Ivyna, Ismaelly, Milleny, Marcos e Julia. E ao colega de curso José Arthur que está nesse final tão importante. A Ivana e a Marcos Rodrigo que iniciaram, todavia tiveram que seguir outros caminhos acadêmicos.